

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES

ACESSIBILIDADE (RE)CRIANDO UMA ESCOLA INCLUSIVA

Maria Cláudia de Oliveira
Nº de Matrícula: 112790035c
Polo: Juiz de Fora

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ACESSIBILIDADE (RE)CRIANDO UMA ESCOLA INCLUSIVA

Maria Cláudia de Oliveira
Nº de Matrícula: 112790035c
Polo: Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

MARIA CLAUDIA DE OLIVEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ACESSIBILIDADE (RE)CRIANDO UMA ESCOLA INCLUSIVA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Neil Franco Pereira de Almeida

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Maria Claudia de.

ACESSIBILIDADE (RE)CRIANDO UMA ESCOLA INCLUSIVA /
Maria Claudia de Oliveira. -- 2019.
37 p.

Orientador: Neil Franco Pereira de Almeida
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. , 2019.

1. Acessibilidade. 2. Inclusão. 3. Deficiência. I. Franco Pereira de Almeida, Neil, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, presença majoritária em todos os momentos da minha vida.

Ao Professor Dr. Neil Franco Pereira de Almeida, que aceitou o desafio de me orientar, sempre acolhedor e comprometido, ensinou-me a ver os problemas com os olhos da ciência.

Às professoras e amigas: Ana Maria de Oliveira, Elicélia C. Paula Paiva, Elisangela Guimarães Honório e Maria das Graças Miranda Furtado, que estiveram a meu lado, sempre me apoiando, incentivando-me ao desafio da realização desta pesquisa e à aplicação dos conhecimentos dela decorrentes em nossa prática pedagógica.

Aos alunos/as e professores que contribuíram com a pesquisa, por meio das entrevistas.

A todos que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

Este Projeto de Intervenção foi construído em uma escola municipal de Lima Duarte e buscou por meio do tema Acessibilidade (re)criando uma escola inclusiva, alcançar o objetivo da pesquisa, que é identificar os problemas de acessibilidade que comprometem a inclusão de alunos/as com deficiência (visual, física e auditiva) em uma instituição escolar, assim como propor medidas de conscientização sobre a necessidade de reestruturação física do espaço escolar para reduzir os processos de exclusão de pessoas com deficiência. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de entrevistas com alunos/as com deficiência e professores/as, registros escritos, fotográficos e constantes observações por parte da autora. Para o embasamento teórico foram investigadas obras, textos e artigos diversos, propostos nas disciplinas durante o Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O plano de intervenção pedagógica ocorreu durante dez semanas nas reuniões quinzenais com docentes, coordenação e direção da referida escola e durante o horário em que alunos/as aguardam o transporte escolar. A intervenção buscou, além de identificar barreiras na acessibilidade dos espaços escolares, ampliar as reflexões acerca da inclusão das pessoas com deficiência em uma instituição escolar. Percebe-se que o objetivo da intervenção foi alcançado, pois os envolvidos foram receptivos a pesquisa, considerando, ainda, que muitos professores estão buscando formações continuadas sob a temática da inclusão. Durante as aulas é possível observar que a prática pedagógica escolar tem sido mais inclusiva, democrática e participativa, em busca de uma aprendizagem coletiva.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Deficiência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA/QUESTÃO	09
3. DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO	11
4. JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA.....	13
5. OBJETIVO GERAL.....	14
6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
7.ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO.....	14
8. CRONOGRAMA.....	16
9.RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	16
9.1 ACESSIBILIDADE NA ESCOLA: O QUE PENSAM DOCENTES SOBRE O ACESSO DOS ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA?	17
9.2 ACESSIBILIDDE NA ESCOLA: O QUE PENSAM OS ALUNOS/AS COM DEFIICÊNCIA?	21
9.3 ACESSIBILIDADE NA E.M.P.C.D.: LIMITES E POSSIBLIDADES.....	24
10.CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
11. REFERÊNCIAS	30
12. ANEXOS	33
13. APÊNDICES.....	34

1 INTRODUÇÃO:

O presente estudo versa sob o tema: Acessibilidade na perspectiva de alcançar as possibilidades de uma escola menos excludente.

Percebe-se que a educação brasileira, ao longo da sua história, e em seus diferentes aspectos, teve muitos avanços no intuito de favorecer ou proporcionar uma sociedade inclusiva, embora a evolução percebida ainda não tenha sido suficiente para atender às necessidades e às peculiaridades da diversidade humana.

Nessa perspectiva, destaca-se o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, que trouxe significativa contribuição para o âmbito educacional brasileiro, principalmente no aspecto da educação inclusiva; também com políticas públicas direcionadas ao fortalecimento do atendimento à diversidade, bem como na formação docente especializada e na acessibilidade do/a aluno/a deficiente aos diversos espaços educacionais (BRASIL, 2008).

De acordo com o histórico dos avanços que a educação inclusiva conquistou ao longo dos anos, cabe-nos citar a Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. Proporciona às pessoas com deficiência o direito ao exercício de cidadania, e busca reavaliar os objetivos e práticas da educação especial existentes até a sua deliberação (BRASIL, 2008).

Nota-se que as legislações surgem a partir da busca de se ampliar as discussões sobre os direitos da pessoa com deficiência e garantia dos seus direitos, surgindo cada vez mais legislações assim como a Resolução CNE/CP nº1/2002. Esse documento traz em seu texto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e o preâmbulo que contemple uma formação de professores para o atendimento à diversidade, sobretudo nas questões do/a aluno/a com deficiência no ensino superior (BRASIL, 2008).

Surge, também, a Lei nº 10.436/02 que reconhece e reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação institucionalizada e integrada ao currículo de cursos de formação de docentes e fonoaudiologia (BRASIL, 2008).

Na perspectiva de que a escola tem a responsabilidade e a função de garantir, além do acesso, a permanência de todos os sujeitos, independente das condições físicas, intelectuais e sociais, cabe às instituições educativas se organizarem para oferecer condições ao processo de ensino aprendizagem de modo que este atenda às necessidades da sua clientela, sem o risco de segregação e de discriminação.

Muitas outras normativas, portarias, resoluções, decretos e leis foram promulgadas, destacando-se a Portaria nº 2.678/02 que aprova o Sistema Braille em todas as modalidades de ensino e recomenda o seu uso em todo o território nacional. O Decreto nº 5.296 de 2004 regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, o qual trouxe um avanço significativo e ampliou as questões da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2008).

Nesta perspectiva, em 2005 foi aprovado o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, trazendo garantia da LIBRAS como disciplina curricular e a formação do/a professor/a e a sua certificação de instrutor e tradutor/intérprete de LIBRAS. Traz em seu texto a orientação e a organização da educação bilíngue no ensino regular e a Língua Portuguesa como a segunda língua para os surdos (BRASIL, 2008).

Também no ano de 2005, no Brasil, ocorreu a implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S, com atendimento e orientação às famílias, além de formação continuada de professores. Em continuidade, no ano de 2006 foi introduzido o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO. Este documento divulgou onze temáticas direcionadas à pessoa com deficiência com objetivos de garantir a inclusão das pessoas com deficiência até o ensino superior (BRASIL, 2008).

Muitas outras ações voltadas para as pessoas com deficiência foram empenhadas pelo poder público ao longo dos anos. Nesse sentido, observa-se que, em 2007, foi deliberado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Tal iniciativa fortaleceu os direitos das pessoas com deficiência no contexto da acessibilidade arquitetônica das instituições escolares e a formação docente para o atendimento educacional especializado, o que está previsto na Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Em sequência é aprovado o Decreto nº 6.094/2007 com diretrizes voltadas para o Compromisso Todos pela Educação, garantindo, nas escolas pública, o acesso e a permanência ao ensino regular (BRASIL, 2008).

Percebe-se que a acessibilidade aos diferentes ambientes escolares e informações é um dever da escola, e um direito de todo/a e qualquer cidadão. A Escola deve proporcionar a seus/suas alunos/as e demais pessoas da comunidade escolar condições de acesso a quaisquer espaços escolares.

Nesta perspectiva o projeto de intervenção foi confeccionado baseado em situações-problemas apontadas em seções.

Na “Identificação da situação problema/questão”, a autora aborda os desafios encontrados por professores e alunos/as nas barreiras¹ arquitetônicas de uma escola municipal de Lima Duarte no tocante à acessibilidade aos diversos espaços institucionais.

No item “Descrição do que te fez eleger tal problema/questão”, é apresentada a proposta de intervenção em uma escola municipal que atende uma clientela de aproximadamente 350 alunos/as e com uma demanda de alunos/as com deficiência auditiva, visual e física.

Para as “Alternativas escolhidas para a intervenção”, a autora busca por meio de entrevistas com professores e alunos/as contrapor a realidade escolar com a fala dos entrevistados, os quais apontam pontos importantes para uma escola menos excludente.

Para concluir, a autora sinaliza que o Projeto de Intervenção foi enriquecedor para sua aprendizagem, e observa ainda que a pesquisa motivou reflexões significativas por parte da equipe escolar ao longo da construção do trabalho, proporcionando um crescimento para a formação de todos os envolvidos. Nas considerações finais, destaca a importância da coletividade para fortalecer a educação inclusiva, democrática e de qualidade.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO

Como descrito na seção anterior, o paradigma da inclusão vem, ao longo dos anos, propondo ações que garantam o acesso e a permanência do/a aluno/a com deficiência no ensino regular. No entanto, a segregação é presente nas escolas, o que motivou a realização deste estudo.

A autora investigará a legalidade sobre a garantia da acessibilidade de pessoas com deficiência nos espaços escolares, destacando quais as diretrizes são contempladas em uma escola municipal de Lima Duarte.

Assim como descrito nos documentos já citados, a ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer comunidade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza-se a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos/as a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

¹ [...] podemos conceituar barreiras como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação (BRASIL, 2004, p. 61).

Nesta perspectiva será abordado, por meio de uma pesquisa com docentes e alunos/as com deficiência física, visual e auditiva, quais as suas demandas para que a escola seja inclusiva no tocante ao acesso aos diversos espaços arquitetônicos. A partir disso, serão discutidas e analisadas as fontes encontradas por meio de pesquisa, e estas serão relacionadas às diretrizes legais juntamente com a prática inclusiva da escola em questão.

De acordo com os referenciais da Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, a autora faz alusões às deficiências no intuito de ampliar o entendimento de cada especificidade, seja ela visual, física e auditiva.

Segundo Adilson Florentino da Silva; Ana de Lourdes Barbosa de Castro; Maria Cristina Mello Castelo Branco (2006, p. 10), subsidiado por documentos específicos da área:

Podemos definir a deficiência física como "diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênicas ou adquiridas" (MEC,2004).

Segundo o Decreto 3.956 (2001), entende-se por deficiência: "uma restrição física, mental ou sensorial de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social".

De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência física é : "alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções" SILVA; CASTRO; BRANCO (2006, p. 10).

Nesta perspectiva percebe-se que a deficiência física é caracterizada por um comprometimento da função motora dos membros e/ou geral do corpo, podendo ser transitória ou permanente, de origem congênita ou adquirida por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas.

Nota-se que, ao longo dos estudos empíricos e pesquisas, a deficiência física vem sendo discutida na busca de assegurar em legislações a garantia e o acesso dos direitos das pessoas de forma ampla e democrática.

Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais, Josiane Torres e Vivian Santos (2015, p. 36), apresentam conceitos sobre a deficiência visual inspirados em diversas fontes:

[...] não é sinônimo de cego nem de baixa visão. Ambos os termos possuem suas definições e características próprias. A cegueira é entendida como a perda total da visão, até a ausência da percepção da luz. Ela pode ocorrer desde o nascimento e, nesse caso, se classifica como congênita e ainda pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa – sendo, dessa forma, denominada como adquirida TORRES; SANTOS (2015, p. 36).

Os autores, em continuidade às afirmações sobre a deficiência visual, complementam que a baixa visão é: [...] a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes [...] TORRES; SANTOS (2015, p. 36).

Percebe-se que, nesta perspectiva, as referidas alterações visuais podem interferir e limitar diretamente as pessoas, comprometendo o desempenho visual das mesmas.

Para melhor entendimento sobre a deficiência visual, torna-se importante conceituar a funcionalidade ocular das pessoas em acuidade visual (AV), que consiste na capacidade discriminativa de formas. Já o campo visual corresponde à área total da visão das pessoas TORRES; SANTOS (2015, p. 37).

Nesta abordagem, percebe-se que a Deficiência Visual (DV) pode ser caracterizada como cegueira e baixa visão, sendo os dois conceitos distintos, pois representam uma determinada definição de deficiência.

Em continuidade com a construção do projeto de intervenção, a Deficiência Auditiva “Consiste na perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB até 70 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz.” MINAS GERAIS (2014, p. 8).

De acordo com as Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2015),

Deficiência auditiva – consiste na perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz;
Surdez – perda auditiva acima de 71 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

[...]

Deficiência auditiva - Incapacidade auditiva (mesmo com o uso de aparelho auditivo, se a pessoa usá-lo) dividida em: Incapaz de ouvir (pessoa se declara totalmente surda); Grande dificuldade permanente de ouvir (pessoa declara ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo); ou Alguma dificuldade permanente de ouvir (pessoa declara ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo) (BRASIL, 2015, p. 46).

Partimos do princípio de que a inclusão escolar não se concretiza enquanto o acesso aos diferentes espaços não for possível a todos/as os/as alunos/as, tornando-se necessário associar a prática educativa com as diretrizes legais existentes na busca de uma escola que inclua e não segregue as pessoas em razão de suas deficiências e singularidades.

3 DESCRIÇÃO DOS MOTIVOS QUE ELEGERAM TAL PROBLEMA/QUESTÃO:

Como professora de uma escola com sérios/evidentes indicativos de carência no quesito acessibilidade para os/as discentes com deficiência física, visual e auditiva que ali estudam, percebi que, durante o curso de Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares as questões relacionadas com a inclusão começaram a me inquietar cada vez mais.

A Escola investigada é uma instituição localizada na parte central de Lima Duarte/MG e atende aproximadamente a 350 (trezentos e cinquenta) discentes do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Sua demanda é de origem rural, com bairros periféricos e crianças que moram no seu entorno. Obedecendo a critérios de ética de pesquisa quanto à identificação de pessoas instituições, no corpo do estudo a escola será identificada pela seguinte sigla: E.M.P.C.D.

Entre as disciplinas estudadas no curso de Especialização, destaco o conteúdo das Experiências e práticas em educação inclusiva: deficiência física, que, por meio dos seus referenciais teóricos, possibilitou-me a ampliação acerca dos conceitos sobre acessibilidade no espaço escolar, em especial, quando eu realizava reações com a realidade da E.M.P.C.D.. De forma clara e objetiva o texto “A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física” (BRASIL, 2006), aborda a reestruturação do Projeto Político Pedagógico – (PPP) das escolas na busca de eliminar as barreiras e promover a acessibilidade aos diferentes espaços, pelos/as alunos/as com deficiência e também os/as demais.

O fundador do Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social (CEDRIS), Romeu Kazumi Sassaki, em artigo intitulado: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação (2009), o qual constitui-se como um importante veículo para conscientizar o/a leitor/a sobre a acessibilidade em dimensões diversa, revela o quanto os espaços escolares ainda estão desatualizados e o quanto esta situação compromete a inclusão de todos/as os/as alunos/as e a democratização da educação.

Nesta direção, vale registrar que o conhecimento obtido por meio da especialização e as observações desenvolvidas na E.M.P.C.D., onde trabalho há doze anos, tornaram-se mais atentas e críticas em relação a todas as ações e práticas educativas voltadas para a diversidade dos indivíduos, assim como para a acessibilidade aos espaços como: salas de aula, biblioteca, pátio da recreação e outros.

Percebe-se que a referida instituição atende a uma significativa clientela de alunos/as com deficiência, destacando-se, entre eles/as, um aluno com baixa visão, um cadeirante e um aluno com deficiência auditiva. A estrutura arquitetônica não atende, de

forma inclusiva, à necessidade do seu público e às exigências legais que dispõe sobre a acessibilidade presente nas diferentes discussões que orientam a construção de uma escola inclusiva e que permite à diversidade humana o direito ao conhecimento.

A Escola Municipal em questão não dispõe de rampas e corrimão que dê acesso a todos os espaços. A maioria das salas de aula não têm portas na medida adequada para cadeirantes e nem rampas de acesso. Faltam, também, piso tátil e informações em Braille, para orientar alunos/as com deficiência visual.

Assim, nota-se que para que a inclusão aconteça é necessário que não haja segregação dos/as alunos/as nos diversos ambientes escolares, assim como preconceito e limitação espacial, uma vez que, de acordo com a LDB - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004) e outros documentos, deve-se garantir a plena inclusão dos sujeitos com deficiência.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA:

A relevância de se investigar acessibilidade em espaços escolares em uma escola municipal na cidade de Lima Duarte soma-se à urgência em desenvolver estudos na busca dos melhores recursos para adequar e ampliar a capacidade das pessoas com deficiência em se comunicar, locomover-se e participar cada vez mais de forma autônoma do meio educacional, sendo que ainda estão presentes barreiras arquitetônicas que impedem o acesso dos(as) alunos/as a todos os espaços físicos da instituição.

As necessidades educacionais especiais requerem da escola recursos e apoio, que proporcionem aos/as alunos/as meios para acesso ao conhecimento e às relações interpessoais, não apenas nos limites da sala de aula, mas também nos demais espaços da escola. Cabe à escola o desafio de diagnosticar sua realidade educacional e programar variações de serviços e a sistemática de funcionamento dos mesmos, no âmbito da própria escola, favorecendo o sucesso escolar de todos/as os/as seus/suas alunos/as (BRASIL, 2004).

No processo da construção do conhecimento por meio do Curso de Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares percebe-se o despertar de outro olhar para o contexto escolar, de forma a atentar os/as cursista(s) para a necessidade de implementação de uma escola inclusiva em diversas dimensões, das quais a questão da acessibilidade torna-se destaque e foco deste estudo.

Com isso, esta pesquisa visa contribuir para uma melhor compreensão do processo da construção educacional de qualidade da E.M.P.C.D., promovendo o despertar sobre a necessidade de iniciativas de inclusão por meio da acessibilidade aos diversos espaços da escola.

5 OBJETIVO GERAL:

Identificar os problemas de acessibilidade que comprometem a inclusão de alunos/as com deficiência (visual, física e auditiva) em uma escola da rede municipal de Lima Duarte, assim como propor medidas de conscientização sobre a necessidade de reestruturação física do espaço escolar para reduzir os processos de exclusão de pessoas com deficiência.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Levantar as diretrizes legais para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, física e auditiva necessária ao contexto escolar.
- A partir desse levantamento, verificar quais diretrizes são atendidas e não atendidas em uma escola da rede municipal de Lima Duarte, partindo das impressões do corpo docente da escola e das percepções da pesquisadora.
- Entender as demandas de alunos/as com deficiência sobre acessibilidade nos espaços escolares através de entrevista a esses sujeitos.
- Analisar e discutir as fontes levantadas pautadas em referenciais legais e bibliográficos.
- Retornar, posteriormente, as análises ao corpo docente e à direção da escola com o intuito de ampliar as dimensões inclusivas da escola no sentido de compreensão e de possíveis providências a serem efetivadas.

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:

Em continuidade com as atividades do Projeto de Intervenção, a aluna do curso de Especialização desenvolverá uma pesquisa com docentes e discentes na busca de levantar as demandas por eles apresentadas sobre como se sentem e sobre como percebem a inclusão no espaço escolar, buscando, por meio destas informações, ampliar o debate orientado pelas

diretrizes vigentes acerca do acesso e atendimento de pessoas com deficiências que estudam neste espaço. Para tal, as alternativas para intervenção foram organizadas da seguinte forma:

1º momento: Apresentar-se à direção da escola como aluna da Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares e solicitar autorização para desenvolver o Projeto de Intervenção Pedagógica no período de Fevereiro a março/2019.

2º momento: A intervenção se inicia por meio de estudos por parte da pesquisadora sobre os textos que versam sobre as legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiências e sobre a acessibilidade nos diversos espaços das escolas. Parte-se do princípio de que se há acesso há inclusão. Quando o/a aluno/a é limitado/a por questões arquitetônicas certamente é comprometida a inclusão nessa escola.

3º momento: Proposição de discussões em reuniões pedagógicas mensais, por meio das quais os debates se estendem a novas investigações sobre as legislações atualizadas, paralelos às práticas pedagógicas desenvolvidas no que se refere a medidas de educação inclusiva. Serão envolvidos neste processo docentes da escola que se interessem em colaborar com o estudo respondendo a um questionário.

4º Momento: Buscar informações por meio de entrevista com alunos/as com deficiência matriculados/as na escola, sobre suas dificuldades e necessidades no aspecto da acessibilidade aos espaços físicos da E.M.P.C.D.

5º momento: Correlacionar as fontes levantadas pelo corpo discente e docente com referenciais teóricos e documentos legais para a proposição de medidas de inclusão na escola investigada.

Dessa forma, este estudo se sustenta numa abordagem qualitativa que, de acordo com Menga Ludke e Marli Eliza Dalmazo Afonso André (1986, p. 44-45) “[...] pode assumir diversas formas, dentre as quais a do tipo etnográfico² e o estudo de caso.”

A principal fonte para coleta das informações foi a entrevista semiestruturada, uma vez que, de acordo com Antonio Carlos Gil (2008, p. 113):

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais (GIL, 2008, p.113).

Nesta perspectiva observa-se que as referidas entrevistas apresentam rapidez das

² Segundo Ludke e André (1986, p. 44) “[...] etnografia seria a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo.”

respostas, custos baixos e análise estatística dos dados, pois suas respostas são padronizadas (GIL, 2008).

8 CRONOGRAMA:

O projeto de intervenção foi realizado em dez semanas entre os meses de fevereiro a maio de 2019.

QUADRO 01: CRONOGRAMA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

ATIVIDADE	PERÍODO
Construção do projeto de intervenção	Fev. 2009
Identificar os problemas de acessibilidade que comprometem a inclusão de alunos/as com deficiência (visual, física e auditiva) em uma instituição escolar municipal de Lima Duarte. Propor medidas de conscientização sobre a necessidade de reestruturação física do espaço escolar para reduzir os processos de exclusão de pessoas com deficiência.	Fev./mar./2019
Planejamento e organização do material teórico a ser discutido nas reuniões pedagógicas.	Mar./2019
Início das intervenções com a equipe pedagógica em reuniões quinzenais. Entrevistas com professores e alunos/as.	Mar./abr./2019
Aprofundamento teórico.	Abr./2019
Descrição, análise e discussão dos dados levantados.	Abr./2019
Construção do relatório final do TCC	Mai./2019

9 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

O Projeto de Intervenção foi desenvolvido em uma escola municipal de Lima Duarte/MG, criada na década de cinquenta e com uma estrutura arquitetônica que oferece uma acessibilidade insatisfatória. Nota-se que quando a escola foi criada havia pouca aplicabilidade da inclusão nos espaços escolares.

Segundo Marta Dischinger, Vera Helena Moro Bins Ely e Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges (2009): o direito à escola acessível:

É urgente cumprir as normas e a legislação de acessibilidade, e melhorar as condições de acesso e uso das escolas brasileiras, seja por meio de reformas das edificações existentes, seja da construção de novas escolas acessíveis. Essa urgência deve-se ao fato de que a maioria de nossas escolas funciona em edificações construídas anteriormente às novas normas, sem levar em consideração as necessidades de pessoas com deficiência DISCHINGER; ELY; BORGES (2009, p. 15).

Percebe-se que muitas escolas brasileiras são construídas fora dos padrões de acessibilidade e que, para isso “[...] a necessidade de atualização do conhecimento sobre acessibilidade espacial deve-se tanto à novidade das leis quanto às características do ambiente escolar.” DISCHINGER; ELY; BORGES (2009, p. 15) A inclusão escolar possibilita que pessoas com características físicas e idades distintas tenham os mesmos direitos que qualquer outra pessoa. Para isso é necessário que o espaço físico espacial adéque suas condições para atender o público em sua ampla diversidade com direitos e deveres iguais a seus pares.

Minhas expectativas em relação à confecção e aplicação do Projeto de Intervenção foram alcançadas, visto que a equipe escolar apresentou-se interessada, motivada e reflexiva acerca das discussões propostas e do material teórico do curso especialização em educação inclusiva em contextos escolares, apresentados pela cursista e pesquisadora, em reuniões quinzenais.

Houve poucos desafios e dificuldades na construção e no desenvolvimento do Projeto de Intervenção na E.M.P.C.D. em Lima Duarte/MG. A proposta apresentada à equipe escolar foi bem aceita e teve a participação da direção, coordenação pedagógica, professores e alunos/as.

Foram amplas as reflexões na busca de tornar acessível não apenas o espaço físico - o que exige uma demanda de recursos que vai além da gestão escolar - , mas também o conteúdo curricular e a prática pedagógica, além de buscar alternativas para melhorar a compreensão na construção do conhecimento e oferecer mais autonomia dos alunos/as com deficiência física, auditiva e visual matriculados na escola em questão.

A construção coletiva do Projeto de Intervenção vem ocorrendo ao longo de 2019, embora a pesquisadora já tivesse observado o espaço escolar com olhar mais atento, desde o início da Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares. Durante a especialização a cursista sempre divulgou os textos relacionados às legislações, às deficiências e à inclusão escolar para a coordenação pedagógica na busca de ampliar o conhecimento de toda a equipe.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que, nas reuniões quinzenais da equipe pedagógica da E.M.P.C.D., surgiram muitos debates acerca da inclusão, pautados nas informações contidas nas teorias, nos vídeos e filmes apresentados e estudados pela cursista durante a Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares.

9.1 Acessibilidade na escola: o que pensam docentes sobre o acesso dos alunos/as com deficiência?

Buscando legitimar o Projeto de Intervenção que versa sobre a acessibilidade em uma escola municipal em Lima Duarte/MG, onde pessoas com deficiências (física, auditiva e visual) são limitadas por barreiras que tornam insuficiente o acesso a todos os espaços da instituição educativa, a aluna do Curso de Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, embasada pela metodologia qualitativa, aplicou uma entrevista com docentes que, de forma voluntária, colaboraram com a pesquisa; e com discentes devidamente autorizados pelos pais e responsáveis.

Em reunião pedagógica quinzenal a pesquisadora e também professora na referida escola, convidou os colegas para contribuírem espontaneamente com seu estudo por meio de entrevista estruturada. Na oportunidade, um professor de educação física e uma professora alfabetizadora se propuseram a contribuir com a pesquisadora.

Os professores são graduados e pós-graduados, ambos concursados e efetivos na E.M.P.C.D., e trabalham com alunos/as com deficiência. Destaca-se, nesse processo, o professor de educação física que trabalha com todos os alunos/as da escola municipal.

Para desenvolver as entrevistas a pesquisadora buscou questionamentos direcionados aos problemas encontrados na escola, já levantados em conversas informais no espaço escolar. Para isso, a conversação com os professores voluntários foi feita de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, ou seja, no horário previamente agendado com os docentes.

QUADRO 02: DESCRIÇÃO DOS PROFESSORES COLABORADORES

Professor	Idade	Disciplina	Tempo atuação na escola
A.M.O.	5	1º ao 5º ano Alfabetização	12 anos
A.R.P.	2	Educação Física	6 anos

Enriquecendo os debates, a autora propôs discussões sobre a acessibilidade nos espaços escolares durante reuniões quinzenais com a equipe escolar, incluindo a participação da direção, coordenação pedagógica e professores. Na oportunidade buscou a colaboração voluntária dos colegas professores para contribuir com a entrevista, e enriquecer o projeto de intervenção em questão. Dois professores responderam às perguntas relacionadas com a acessibilidade arquitetônica da E.M.P.C.D.

Ao serem questionados sobre a maior dificuldade para exercício da sua prática pedagógica na E.M.P.C.D., com os alunos/as com deficiência, ambos responderam sobre a

falta de acessibilidade nos diversos espaços da escola (banheiro, pátio, corredores e entrada da escola) e foi citada pelo professor de educação física a falta de adequação na quadra onde acontece a educação física dos alunos/as.

Ao serem questionados sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos/as na questão de locomoção dos deficientes nos diversos espaços da escola, ambos citaram a presença de escadas na entrada da escola, no acesso ao pátio, entrada das salas de aula, banheiro e ausência de corrimão, além de uma rampa fora das adequações de cadeiras de rodas, ausência de sinalização para deficientes visuais e também a necessidade de programas de computador que promovam o melhor entendimento das pessoas com deficiência auditiva.

De acordo com Lilia Giacomini, Mara Lúcia Sartoretto e Rita de Cássia Reckziegel Bersch (2010, p 20) um dos caminhos para amenizar as dificuldades de acesso a pessoas com deficiência visual, e outras dificuldades, seria a implementação de:

[...] escada em cores de alto contraste: degraus em amarelo e com fitas adesivas pretas no final de cada degrau. O contraste permite a visualização de profundidade dos degraus. É importante ter a sinalização de alerta no início e no final da escada, favorecendo a atenção e alerta da pessoa. O corrimão também é sinalizado com placas em texturas entrecortadas indicando a rota. Este tipo de sinalização apóia a independência do aluno GIACOMINI; BERSCH (2010, p 20).

Nesta perspectiva é possível observar que os professores estão conscientes das exigências sobre a adequação das escadas e corrimão, indicando que ambos têm conhecimento sobre as questões da acessibilidade e estão bem instrumentalizados por meio da formação continuada, corroborando com o texto publicado pelos autores Lilia Giacomini, Mara Lúcia Sartoretto e Rita de Cássia Reckziegel Bersch (2010).

A Professora do 4º ano, A.M.O., ainda acrescenta: “Para a deficiência auditiva avalio que falta conhecimento em LIBRAS para professores, alunos/as e principalmente para a criança, pois o problema desse aluno é progressivo” (A.M.O., 2019).

Carla Barbosa Alves (2010, p. 9), ao discutir sobre a abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez, afirma que:

De acordo com o Decreto 5.626, de 5 de dezembro de 2005, as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo (ALVES, 2010, p. 9).

No tocante à formação em línguas de sinais para o aluno com deficiência auditiva com características progressivas, com base nas informações familiares, a abordagem da

professora do 4º ano está afinada com a argumentação de Alves (2010), pois ambas apontam a importância da formação em LIBRAS e em português para deficientes visuais.

O professor de educação física, ao ser questionado sobre o que deve mudar na escola, afirma que, “[...] se falta acessibilidade, a escola é excludente. É necessário torná-la mais inclusiva nos aspectos de acessibilidade arquitetônica.” (A.R.P., 2019).

De acordo com as afirmações de A.R.P. (2019), podemos considerar que sua existência em relação à ausência de acessibilidade espacial³ na E.M.P.C.D. contraria legislações e autores que buscam assegurar o direito de acesso, circulação e utilização dos espaços escolares pelas pessoas deficientes. Dentre esses autores, podemos citar Giacomini (2010) que, em suas publicações acerca da inclusão escolar, busca fortalecer a acessibilidade espacial nos espaços escolares, na perspectiva de eliminar barreiras e possibilitar que as pessoas possam acessar os diversos espaços educativos e seus entornos, com segurança e autonomia.

A professora do 4º ano, A.M.O. (2019), ao ser questionada sobre a pergunta anterior, sinaliza a necessidade de “Ampliar a acessibilidade da escola, fortalecer a LIBRAS para todas as crianças, sinalizar a escola em LIBRAS e promover a formação continuada para professores” (A.M.O., 2019).

Nota-se que as observações feitas pelos professores da E.M.P.C.D. se aproximam das premissas de estudiosos e das legislações que buscam ampliar as discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência e garantia dos seus direitos, visto que os docentes ressaltam a ausência de acessibilidade nos espaços arquitetônicos da referida escola e desejam que todos os alunos/as tenham acesso aos diversos espaços da escola e seu entorno, tornando-a assim mais inclusiva e democrática.

Percebe-se que a ausência de formação continuada é uma demanda apresentada durante as entrevistas. Ao ser questionada sobre o que a escola deve mudar na perspectiva inclusiva, a professora A.M.O. responde que “[...] promover a formação continuada para professores.” Seu relato se remete ao que está garantido por legislações assim como a Resolução CNE/CP nº1/2002, a qual traz, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, o preâmbulo que contempla uma formação de professores para o atendimento à diversidade, principalmente nas questões do/a aluno/a com

³ Acessibilidade espacial significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar fazer perguntas. Deve ser possível para qualquer pessoa deslocar-se ou movimentar-se com facilidade e sem impedimentos (DISCHINGER, 2009, p. 22).

deficiência no ensino superior (BRASIL, 2008). Assim como também a Lei nº 10.436/02 que reconhece e reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação institucionaliza e integrada ao currículo de cursos de formação de docentes e fonoaudiologia (BRASIL, 2008).

9.2 Acessibilidade na escola: o que pensam os alunos/as com deficiência?

Percebe-se que para a construção de um projeto de intervenção fidedigno com a realidade da escola, a autora buscou coletar, também, informações dos alunos/as com deficiência que estudam na referida instituição. Para isso, foram solicitadas as devidas autorizações dos pais de três alunos/as aos quais foram atribuídos nomes fictícios: G.J.R., 10 anos, deficiência auditiva; M.R.O.S., 10 anos, deficiência física; e R.O., 11 anos, deficiência visual; atendendo assim os critérios de ética da pesquisa.

As entrevistas foram desenvolvidas de acordo com a disponibilidade e interesse dos alunos/as. Aproveitamos o horário em que os discentes esperam pelo transporte escolar para desenvolver os questionamentos.

A autora buscou coletar informações sobre os alunos/as da E.M.P.C.D. com deficiência, os quais contribuíram com o Projeto de Intervenção, por meio de entrevistas estruturadas. Para tanto foi construído um quadro, contendo informações básicas sobre os discentes.

QUADRO 03: DESCRIÇÃO DOS ALUNOS COLABORADORES

Aluno	Idade	Deficiência	Série/ano	Tempo que estuda na escola
G.J.R.	10 anos	Def. auditiva	4º ano	3 anos
M.R.O.S	10 anos	Def. física	5º ano	5 anos
R.O.	11 anos	Def. visual	5º ano	4 anos

Ao serem questionados sobre quanto tempo estudam na escola, eles responderam que respectivamente 3, 5 e 4 anos. Sobre o que mais gostam nesta escola responderam de forma unânime que gostam dos professores, funcionários e colegas. R.O. ainda completou: “Aprendi muitas coisas de matemática e aprendi a ler, também gosto dos colegas de toda a escola e dos professores”.

Em relação à acessibilidade, foram questionados sobre a maior dificuldade encontrada para estudar na E.M.P.C.D. As respostas foram claras e objetivas, segundo M.R.O.S. “As dificuldades sempre foram as escadas e os degraus, pois a cadeira de rodas não

sobe”. O aluno G.J.R., com deficiência auditiva, afirmou que “[...] escutava muito baixo e, às vezes, nem entendia o que elas e o Professor da Educação Física falavam. Eu errava muito as atividades que as professoras passavam no quadro”. Nota-se que o discente enfrentava dificuldades devido a sua localização na sala de aula e na quadra, pois G.J.R. complementa a sua resposta dizendo que “Falei para minha mãe. [...] O Diretor pediu às Tias para me colocar na primeira carteira. Depois disso eu comecei a ouvir a explicação das Professoras e acerto mais as atividades”.

Em contexto similar de dificuldades, R.O. respondeu: “Um dia eu chorei muito e falei que não enxergava nada que estava no quadro e nem no papel [...], [...] o quadro era quase cinza e o giz não aparecia”. Neste contexto nota-se que a criança apresenta dificuldades que impediam o total acesso aos conteúdos escolares. Em continuidade, R.O. ainda afirma: “[...] ano passado, 2018, mudou o quadro, agora ele é branco e a Tia escreve com pincel preto e azul. Assim ficou bem melhor rsrsrs”.

Ao serem questionados sobre alguma dificuldade para locomover na escola, o aluno R.O. responde: “Às vezes sim. Na quadra [...]. Nas escadas da entrada da escola eu também já caí algumas vezes, pois não tem onde segurar [...]”. Diante da resposta da criança, nota-se que ela percebe a dificuldade de acesso ao portão da escola devido às escadas e ainda continua afirmando que “[...] o chão e os degraus que sobe para as salas é da mesma cor e não tem onde segurar, se eu não olhar bem, eu não vejo que é degrau”. A aluna M.R.O.S., que é cadeirante, respondeu que “Sim! Tem escada na chegada da escola, tem degraus para entrar nas salas de aula, para entrar no banheiro e para ir no pátio brincar”. Mas ela apresenta também locais onde consegue se locomover, pois há poucas barreiras, afirmando que “Só não tem degrau e nem escada para ir à sala de informática que também é sala de vídeo”. O discente G.J.R. respondeu: “Acho que não! Mas se as Tias estão longe de mim, eu fico prestando atenção nos meus colegas, pois às vezes não escuto as Tias chamarem para sair para merenda, recreio e para ir pra casa.”

A autora, na sua quinta pergunta, questiona os discentes se eles acham que a escola deve mudar alguma coisa. Ao responder, R.O. afirma: “Acho que deve mudar algumas coisas! Colocar lugar de segurar (corrimão) nas escadas da entrada da escola e no pátio, acabar com os degraus que vai para as salas de aula. Porque eu e alguns colegas já tropeçamos e caímos várias vezes”. O aluno G.J.R. contrapõe que “[...] acho que as Tias tinham que ter um sinal dentro da sala de aula, para avisar a gente que é para sair da sala [...]. Porque se eu não escutar, e ficar por último... os colegas ficam rindo de mim, eu não gosto!”. Percebe-se que a criança sinaliza uma solução para sua barreira em sala de aula, propondo que seja usada

uma Tecnologia Assistiva⁴ (TA) para evitar um processo de exclusão. Em continuidade, a aluna M.R.O.S. respondeu: “[...] seria muito bom se eu e as pessoas que usam cadeiras de rodas pudéssemos andar sozinhos e ir onde quiséssemos. Tem escadas e degraus que impedem eu ir sozinha, tem que pedir ajuda o tempo todo”. Além de apresentar a dificuldade da escola em que estuda, M.R.O.S. apresenta uma preocupação futura devido a sua mudança de escola, afirmando que “Vou mudar de cidade em maio desse ano, já estou pensando como será a outra escola...”.

Nota-se que os entrevistados apontaram barreiras que impedem a acessibilidade espacial escolar e no seu entorno, como a quadra onde ocorrem as aulas de educação física dos alunos/as. O espaço escolar tem escadas e degraus na parte interna e externa, principalmente na parte que dá acesso aos portões de entrada ao prédio público, e ainda não tem corrimão. As poucas rampas existentes são insuficientes tanto em relação a sua construção, quanto na quantidade, que é inadequada à circulação das pessoas.

Assim como os apontamentos dos professores colaboradores e dos alunos/as com deficiência sobre as questões de acessibilidade espacial é possível observar que há processos de exclusão que, conforme Dischinger, Ely e Borges (2009, p. 21), estão presentes nas “[...] práticas de ensino que não levam em consideração as diferenças, e de barreiras de acesso, permanência e participação dos alunos/as com deficiência nos ambientes escolares.”

Diante das afirmações dos autores nota-se que o processo de exclusão vai muito além de ações de preconceito e da não aceitação da diversidade no espaço escolar, mas diz respeito também à estrutura arquitetônica, às práticas de ensino, à dinâmica pedagógica coletiva e à evasão escolar.

Nesse sentido, surge a necessidade de adequação dos espaços escolares com base nas normas e legislação vigentes, de forma a garantir a autonomia e a independência desses alunos/as no seu cotidiano escolar DISCHINGER; ELY; BORGES (2009, p. 21). Na escola inclusiva, todos devem sentir-se bem-vindos, acolhidos e atendidos em suas necessidades específicas.

Contraopondo as falas dos alunos/as e professores recorreremos a Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010, p. 20), que afirmam a necessidade de implementação da

⁴ Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas, a Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2019.

acessibilidade espacial nos espaços escolares assim como, “[...] É importante ter a sinalização de alerta no início e no final da escada, favorecendo a atenção e alerta da pessoa. O corrimão também é sinalizado com placas em texturas entrecortadas indicando a rota.”

Percebe-se que os docentes apontam uma necessidade de constante formação acerca da Educação Inclusiva, garantida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), que buscam assegurar a capacitação em diferentes níveis de atuação profissional “[...] seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras)[...]” (BRASIL, 2015, p. 11).

Os relatos dos entrevistados e a afirmação dos pesquisadores acerca da acessibilidade espacial no intuito de fortalecer a inclusão escolar revelam a necessidade urgente de tornar a E.M.P.C.D. acessível no quesito espacial e nas práticas pedagógicas com vistas a garantir e facilitar o acesso do aluno/a ao conteúdo curricular.

Nas questões específicas, como as rampas, percebe-se que elas não estão de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)⁵ e com as legislações vigentes das quais podemos destacar o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, o qual ampliou os debates no aspecto da Educação Inclusiva e nas políticas públicas direcionadas ao atendimento da diversidade, assim como na formação docente especializada e na acessibilidade do/a aluno/a deficiente aos diversos espaços educacionais (BRASIL, 2008).

Nota-se que o Decreto nº 5.296 de 2004 busca regulamentar as leis nº 10.048/00 e a Lei nº 10.098/2000, avançando de forma ampla as questões da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2008).

9.3 Acessibilidade na E.M.P.C.D.: limites e possibilidades

Observa-se que na coleta de dados realizada por meio de entrevista estruturada direcionada a professores e alunos/as, surgem questionamentos semelhantes e até comuns no que se refere à acessibilidade espacial da E.M.P.C.D.

⁵ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Foro Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas pelas partes interessadas no tema objeto da normalização. Disponível em: < <http://www.abnt.org.br/>> Acesso em: 03 mai. 2019.

Respondendo aos questionamentos, os docentes apontaram que a maior dificuldade no trabalho pedagógico frente à inclusão escolar na E.M.P.C.D. é a ausência de acessibilidade espacial nos diversos espaços escolares como banheiro, pátio, corredores e entrada da escola, e na quadra onde ocorrem as aulas de educação física dos alunos/as.

Os alunos/as com deficiência, ao serem questionados sobre a dificuldade encontrada para estudar na escola, deram respostas que pertinentes/ compatíveis às barreiras específicas de cada deficiência. O aluno com deficiência visual, por exemplo, relatou que não enxergava a lousa na qual a professora usava giz, e também apontou o tamanho de letra que a professora usava.

A criança com deficiência auditiva reclamou que não ouvia o que a professora dizia, mas que depois que mudou de lugar na sala de aula, o problema amenizou. G.J.R. ainda diz que “[...] fico prestando atenção nos meus colegas, pois, às vezes, não escuto as Tias chamarem para sair para merenda, recreio e para ir pra casa.” Nesta ótica percebemos que a criança cria sua própria autonomia para resolver sua barreira que nesse caso é não escutar o sinal e o chamado da professora. Percebe-se também uma certa ausência de sensibilidade do docente com o aluno.

Segundo Dischinger (2009, p.22) “[...] o mais importante é sempre pensarmos como fazer para diminuir o grau de dificuldade que a pessoa enfrenta para realização de uma atividade devido às características físicas dos ambientes.”

Em relação ao sinal que avisa sobre horários, nota-se que este é uma barreira para o aluno G.J.R., pois ele não conseguia ouvi-lo. Nessa perspectiva vale ressaltar que, de acordo com a característica física da escola, é importante avaliar o posicionamento da sala de aula em que o deficiente auditivo estuda e colocá-lo em uma sala próxima ao sinal da escola. Oportunizando ao aluno acesso às informações sobre horários, por meio do sinal. Mas que haja um cuidado pois, “[...] excesso de ruído pode ser uma barreira para uma pessoa que escuta mal, e também para uma pessoa cega que precisa reconhecer os sons das atividades para saber onde está.” (DISCHINGER, 2009, p. 22).

Para a aluna cadeirante as dificuldades encontradas são os degraus e escadas sem corrimão na escola, assim como a rampa de acesso ao portão principal da escola, que é íngreme e com largura insuficiente para dar segurança ao cadeirante. M.R.O.S.P. relata que os banheiros e as salas de aula também têm degraus na entrada. Ao serem questionados sobre o que deveria mudar na escola, as respostas de duas crianças foram unânimes, ambas sugeriram a necessidade de colocar rampas nos degraus e corrimão nas escadas. O aluno com deficiência auditiva apontou a necessidade de haver um sinal dentro da sala de aula, para evitar que ele

perca os horários de merenda, recreio e saída para casa. Tais sugestões e relatos revelam que as crianças apresentam alternativas para enfrentar a barreira encontrada.

Buscamos manter os mesmos contextos e aproximá-los, tanto nos questionamentos feitos aos alunos/as quanto nos feitos aos professores. Deste modo, percebemos que professores e alunos têm a mesma percepção em relação às barreiras encontradas na acessibilidade espacial da escola onde trabalham e estudam. Relataram ainda que não há sala de recurso para trabalhar com o AEE no contraturno com alunos/as com deficiência física, auditiva e visual.

Observei que aos professores da referida escola não são oferecidos cursos de formação continuada para atuar com LIBRAS, Braille⁶ e com os desafios da inclusão, assim como adaptação do currículo, material pedagógico e organização em sala de aula para a melhor localização dos alunos/as com deficiência.

A constatação de tal realidade justifica desenvolver o projeto de intervenção nessa escola, a fim de identificar os problemas de acessibilidade que comprometem a inclusão de alunos/as com deficiência (visual, física e auditiva) em uma escola da rede municipal de Lima Duarte, assim como propor medidas de conscientização sobre a necessidade de reestruturação física do espaço escolar para reduzir os processos de exclusão de pessoas com deficiência, pautada nos conhecimentos adquiridos no Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares.

Nesta perspectiva observei que poderia contribuir de forma significativa com a equipe pedagógica. Nas reuniões quinzenais apresentei-me como aluna do Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da UFJF e me coloquei à disposição para contribuir com todos. Partindo dessa reunião muitos questionamentos surgiram, gerando discussões diversas nas reuniões pedagógicas.

Com base nos conteúdos já estudados pude orientar professores em questões de organização dos alunos/as com deficiência em sala de aula e nos momentos de aulas, passeios e de educação física. Em discussões coletivas e com as minhas mediações acordamos que, para incluir com mais eficiência os alunos/as com deficiências, seria necessário uma mudança de postura de toda a equipe.

Com base nos estudos desenvolvidos no material teórico, vídeos e fascículos do AEE durante as reuniões pedagógicas, buscamos orientações necessárias para trabalhar de

⁶ O Sistema Braille, criado por Luis Braille (1809-1852), é constituído por 64 sinais em alto relevo cuja combinação representa as letras do alfabeto, os números, as vogais acentuadas, a pontuação, as notas musicais, os símbolos matemáticos e outros sinais gráficos (BRASIL, p. 48, 2006).

forma inclusiva e democrática. Alguns professores demonstram resistência à formação, pois dizem que não têm aluno com deficiência nesse ano letivo, mas de forma geral o projeto de intervenção foi bem aceito.

De forma coletiva definimos que para o aluno com deficiência visual, seria necessário que ele mudasse de posição na sala, de forma que se aproximasse mais do quadro, da porta de saída e da mesa da professora. Foi definido também o uso de pincéis nas cores azul e preto na lousa, bem como a ampliação do material de leitura e caderno com pauta ampliada para escrita. Outra mudança proposta foi a construção do material em relevo, assim como os mapas e partes do corpo humano. Para os espaços externos da sala de aula foi indicado o sinalizador com faixas em cores de contraste ao piso. As propostas de cunho pedagógico foram imediatamente providenciadas, mas as que exigem recursos financeiros serão providenciados após recursos angariados na festa cultural, programada para o mês de junho.

Para o aluno com deficiência auditiva orientei aos professores que o colocasse próximo à professora, para que tivesse mais nitidez na escuta das aulas. Sugeri que os professores fizessem uma formação em LIBRAS e que etiquetassem as salas e os demais espaços da escola, buscando incluir a criança e tornar a língua de sinais conhecida para todos da comunidade escolar, facilitando a comunicação entre pares, visto que, segundo os familiares da criança, a deficiência auditiva é progressiva.

Percebi que os professores ficaram muito interessados em uma formação para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - e juntamente com a coordenação e direção solicitaram à Secretaria de Educação tal formação. Mas a escola está se organizando por meio de contato com a Secretaria de Educação de Juiz de Fora no setor da Diversidade, para buscar uma formação com profissionais capacitados para palestras, oficinas e cursos para LIBRAS.

As orientações que buscam propor acessibilidade espacial na E.M.P.C.D. foram sugeridas a partir do estudo feito junto com a equipe pedagógica, coordenação e direção da referida escola, do material teórico do Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pautados nos embasamentos teóricos que orientam e asseguram a acessibilidade nos espaços escolares para a pessoa com deficiência física, a direção da escola municipal solicitou ao setor responsável pelas reformas nas escolas que verificasse a possibilidade de ampliar o acesso para cadeirantes na instituição, pois as pessoas com deficiência física e cadeirantes têm um acesso limitado a E.M.P.C.D.

Para dar acesso à aluna cadeirante sugerimos à direção da referida escola que fossem medidas as portas das salas e verificada qual sala tinha a medida compatível com a

cadeira de rodas, e também se não havia degrau na entrada. A sala de aula com as especificidades para um cadeirante foi encontrada, ficando esta ao lado da biblioteca onde está a porta com as medidas adequadas ao acesso seguro e autônomo da aluna cadeirante à sala de aula. Portanto, na primeira semana de abril a turma de M.R.O.P., a aluna cadeirante, mudou-se de sala, facilitando o acesso da aluna.

Vários questionamentos surgiram acerca da acessibilidade espacial, durante a construção do projeto de intervenção, mas o que muito destacou foi o entusiasmo de toda a equipe em buscar alternativas e possíveis soluções para que a escola se tornasse verdadeiramente inclusiva. No mês de junho de 2019 a escola irá promover um evento festivo para angariar fundos e construir rampas na entrada das salas de aula, colocar corrimão na escada principal da escola e ampliar uma rampa que dá acesso à entrada da escola. No entanto, acredito que o problema não se resolva de forma tão tranqüila, uma vez que a escada é muito íngreme, estreita e totalmente fora das exigências legais e da ABNT. Possivelmente, precisaremos de maiores estudos e orientação profissional para a resolução do problema. Mas, lançar um olhar sobre essa questão já representa um avanço.

Vale ressaltar que a construção do projeto de intervenção ocorreu de forma coletiva e participativa, e que professores e alunos/as perceberam a mudança nas práticas escolares, com objetivo de ouvir as pessoas que estão no dia a dia na escola e apresentar suas barreiras em relação ao espaço físico.

Correlacionando as fontes levantadas pelo corpo discente e docente com referenciais teóricos e documentos legais para a proposição de medidas de inclusão na escola investigada, observamos que os docentes e discentes sinalizam que a acessibilidade espacial da E.M.P.C.D. é insatisfatória, contrariando as legislações vigentes acerca da inclusão e acessibilidade espacial, autores e as normas da ABNT, que prenunciam sobre a garantia de acesso seguro e autonomia a todas as pessoas, aos diversos espaços de utilização comunitária.

De acordo com as considerações dos autores e legislações vigentes, as escolas devem se aprimorar cada vez mais no quesito da inclusão, e adequar o espaço físico (banheiro, rampa, corrimão, piso, largura das portas e corredores entre outros), mobiliário (mesas, cadeiras e refeitório), com o objetivo de proporcionar conforto e segurança para as pessoas (SASSAKI, 2009 p. 3.).

Vale ressaltar a necessidade da formação continuada dos profissionais que nela atuam, para que possam trabalhar na busca de garantir a inclusão das pessoas não apenas nos espaços físicos, mas também na aprendizagem dos conteúdos curriculares.

Percebe-se que os professores apontam a importância da formação continuada,

assegurada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 11).

Observa-se também que a formação continuada deve estar presente em todas as etapas de ensino e áreas do conhecimento. É importante destacar que a equipe da E.M.P.C.D., ao final da construção do projeto de intervenção, já buscava por uma formação acerca da educação inclusiva, sendo o maior interesse fazer o Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares e propor novos projetos de intervenção para a instituição escolar.

Percebemos que os professores da referida escola são comprometidos e abertos às mudanças; percebi uma resistência sutil ao desenvolvimento do projeto de intervenção por parte de apenas quatro professoras em um grupo de quinze docentes.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a acessibilidade aos espaços escolares é um forte aliado e facilitador da inclusão e da garantia dos direitos e bem-estar coletivo. Nesta ótica o Projeto de Intervenção buscou alcançar o seu objetivo em uma escola da rede municipal de Lima Duarte.

Durante a construção da pesquisa, a qual foi pautada em observações, conversas informais e entrevistas com equipe escolar e alunos/as, foram identificados problemas de acessibilidade que vêm comprometendo a inclusão de alunos/as com deficiência (visual, física e auditiva) na E.M.P.C.D..

Percebe-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, pois o processo de construção do projeto foi coletivo, e, nesse sentido, a pesquisadora, a equipe escolar e alunos/as com deficiência dialogaram e sinalizaram, juntos, propostas pedagógicas e de conscientização sobre a inclusão em uma escola municipal de Lima Duarte/MG.

A construção do Projeto de Intervenção foi uma oportunidade de crescimento para todos os envolvidos, sendo que a pesquisadora ouviu os discentes e docentes em uma

dinâmica espontânea, que revelou as angústias e os desafios vivenciados pelos entrevistados e a necessidade de ampliar a acessibilidade no espaço escolar para que a inclusão seja plena e verdadeira dentro do mesmo.

Durante reuniões quinzenais escolar, pude contribuir com a formação de toda a equipe, ao promover momentos de trocas de experiências e, na oportunidade, apresentar materiais como textos e atividades concretas apresentadas no curso de especialização em educação inclusiva em contextos escolares, os quais tiveram boa aceitação e grande valia na prática pedagógica.

Percebe-se que a equipe da E.M.P.C.D. vem apresentando mudanças de atitudes frente às questões da acessibilidade. Tais mudanças podem ser observadas na prática pedagógica e na sinalização dos diversos espaços, com reflexões acerca de romper desafios, não apenas do aluno com deficiência mas também na prática pedagógica curricular a ser trabalhada na escola.

A oportunidade de desenvolver o Projeto de Intervenção em uma escola criada na década de cinquenta e com poucas ampliações no quesito acessibilidade ao longo de sua funcionalidade foi enriquecedor para minha aprendizagem. Foi possível presenciar reflexões significativas por parte da equipe escolar ao longo da construção do Projeto de Intervenção, as quais proporcionaram um crescimento de todos os envolvidos. Nesta perspectiva vale salientar que a educação só será inclusiva e democrática se for desenvolvida de forma coletiva, valorizando todos os envolvidos em uma dinâmica horizontal.

11 REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. B823t **Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva** – Brasília: CORDE, 2009. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva:** v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. –

Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf> . Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em: 22 mai. 2019.

DISCHINGER, Marta. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível / Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

GIACOMINI, Lília; SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 7. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 2014. Disponível em:<Erro! A referência de hiperlink não é válida.>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319> Acesso em: 28 abr. 2019.

SILVA, Adilson Florentino da; CASTRO, Ana de Lourdes Barbosa de; BRANCO, Maria Cristina Mello Castelo. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

TORRES, Josiane Pereira; SANTOS, Vivian. **Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais**. Revista Educação, v. 5, p. 33, 2015 Disponível em:<https://ead.ufjf.br/pluginfile.php/918335/mod_resource/content/1/Texto%20Unidade%200II.pdf> Acesso em: 16 mai. 2019.

12 ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

À Direção da E.M.P.C.D.

Prezado(a) Senhor (a) M.H.P.

Como aluno (a) do curso de especialização **em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar** a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de Identificar os problemas de acessibilidade que compromete a inclusão de alunos/as com deficiência (visual, física e auditiva) na escola municipal de Lima Duarte

Para o desenvolvimento deste projeto, que será realizado junto a equipe pedagógica e com alunos com deficiência (física, auditiva e visual) serão utilizados procedimentos tais como observação, participação em reuniões quinzenais, entrevistas estruturadas e formação continuada com material teórico recebido ao longo da especialização em Educação Especial.

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que este desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre a acessibilidade espacial, a inclusão escolar e contribuindo assim, para a construção de práticas escolares mais inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Juiz de Fora, 18 fevereiro de 2019.

Maria Claudia de Oliveira
CPF: 994.484.916-20
Telefone: (32) 98822-8064

13 APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

ENTREVISTA COM ALUNO/A

1-Nome:

Idade:

2-Quanto tempo você estuda nessa escola? Em qual ano você estuda?

3-O que você mais gosta nesta escola?

4-Qual foi sua dificuldade maior para estudar na E.M.P.C.D.?

5-Você tem alguma dificuldade para locomover na escola onde você estuda? Por quê?

6-Você acha que a escola deve mudar alguma coisa, ou já está excelente? Por quê?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES

ENTREVISTA COM PROFESSOR

1- Nome:

Idade:

2- Formação:

3- Quanto tempo você trabalha nessa escola? Em qual ano você atua?

4- Qual foi sua maior dificuldade para exercer a sua docência na E.M.P.C.D. frente à inclusão dos alunos/as com deficiência?

5- Você observa alguma dificuldade para locomoção dos alunos/as com deficiência nos diversos espaços da escola onde você trabalha? Por quê?


6- Você acha que a escola deve mudar alguma coisa, ou já está excelente? Por quê?

MARIA CLAUDIA DE OLIVEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: 08 de junho de 2019.


BANCA EXAMINADORA



Dr. Neil Franco Pereira de Almeida – Orientador



Ms. Gabriel Pigozzo Tanni Cherp Martins – Avaliador 01



Dra. Elita Betânia de Andrade Martins – Avaliadora 02

Juiz de Fora
2019